

31º Encontro Anual da ANPOCS 2007

22 a 26 de outubro, Caxambu (MG)

Seminário Temático 24: Partidos e Sistemas Partidários.

Ênfases partidárias e propostas de emenda constitucional.*

Gabriela da Silva Tarouco
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
e-mail: gabi@uesc.br

* Este trabalho reúne alguns resultados da tese de doutorado defendida no IUPERJ, (Tarouco, 2007) com o apoio da FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

Introdução

O conteúdo dos documentos programáticos dos partidos políticos é uma fonte de informação a respeito das suas preferências que ainda não foi sistematicamente explorada no Brasil. Neste trabalho, os manifestos dos principais partidos são submetidos à análise de conteúdo com o objetivo de mensurar as ênfases que eles atribuem a diferentes questões.

A primeira expectativa é encontrar diferenças significativas de ênfases programáticas entre os partidos. A segunda é encontrar alguma relação entre estas preferências distintas e as propostas de emenda à constituição apresentadas pelos parlamentares destes partidos.

As Propostas de Emenda à Constituição são um tipo de atividade legislativa em que os parlamentares têm a oportunidade de influir sobre as normas mais importantes na vida do país. Pela sua natureza, dispositivos constitucionais devem produzir consequências mais amplas e generalizadas do que outras matérias e portanto implicam menos interesses concentrados de grupos sociais específicos.

As PECs são, por este motivo, ocasião singular para que se manifestem princípios e valores sobre questões gerais da vida nacional. Se em algum momento as preferências eleitorais dos legisladores podem ceder algum espaço para preferências normativas, este momento é a apresentação de Propostas de Emenda Constitucional.

As contribuições que se pretende oferecer são: uma medida alternativa das preferências partidárias que possa ser confrontada com as demais existentes, um mapeamento das questões privilegiadas pelos parlamentares na atividade constitucional derivada, e uma descrição da relação entre estas duas variáveis.

A eventual obtenção de evidências favoráveis às hipóteses levantadas deve sugerir uma revisão na avaliação do papel dos partidos brasileiros e reforçar os indícios de que a motivação para as reformas pleiteadas contém, além das tendências globais amplamente reconhecidas, elementos de preferências políticas dos partidos.

1. As preferências dos partidos

Um dos principais conceitos mobilizados neste trabalho é o de identidade política, aqui entendida como uma combinação de preferências a respeito de políticas públicas que distingue um partido dos demais. Assim definida, a identidade de um partido não se confunde com conceitos vizinhos, tais como ideologia, estratégia, imagem, discurso, perfil organizacional, nem comportamento.

A posição de um partido em um dado espaço de competição política pode ser estimada de várias maneiras: a partir das posturas assumidas na atuação parlamentar, através da imagem que a opinião pública constrói a seu respeito, pela avaliação de especialistas (acadêmicos ou da imprensa), ou a partir das declarações dos próprios partidos.¹

As Propostas de Emenda à Constituição também fazem parte da atuação parlamentar e como tal dizem muito a respeito dos partidos dos seus autores. Entretanto, neste trabalho as PECs são tomadas como variáveis dependentes e não como indicadores das preferências dos partidos. Aqui, as preferências políticas dos partidos serão procuradas no conteúdo dos seus manifestos².

A identificação a partir das ênfases programáticas deve ser instrumental para a localização dos partidos no espaço de competição político de maneira mais eficiente que outros indicadores já propostos. O conteúdo da plataforma claramente constitui o corpo de preferências ou intenções do partido, enquanto percepções e julgamentos (de especialistas ou dos eleitores) são baseados em comportamentos. Isto equivale a dizer que a imagem que o partido produz a seu próprio respeito e publica nos seus documentos programáticos seria mais fiel à sua real identidade do que a imagem que os demais atores políticos ou analistas fazem dele.

No que se refere à localização dos partidos brasileiros na dimensão esquerda-direita, vários modos de mensuração já foram aplicados. O resultado é um razoável

¹ Uma discussão exaustiva de todas estas opções metodológicas e suas consequências substantivas pode ser encontrada em Benoit e Laver (2006).

² Manifestos são os documentos programáticos em que os partidos elaboram suas propostas e defendem políticas. O mesmo que programas ou plataformas e diferente de discursos de campanha.

consenso quanto à localização do PT e PDT na esquerda, PMDB e PSDB no centro, e PDS/PPR/PPB/PP, PTB e PFL na direita. (Fernandes, 1995; Coppedge, 1997; Mainwaring, Meneguello *et al.*, 2000; Rodrigues, 2002).

A identificação das identidades e perfis partidários pela sua posição unidimensional está vinculada a uma determinada concepção teórica acerca da competição partidária, qual seja, a teoria econômica da democracia (Downs, 1999), segundo a qual os partidos se movem ao longo do espectro ideológico formulando propostas de políticas para obter votos em busca dos quais se permitem mudar de posição.

Predominante na ciência política a respeito da competição partidária, esta perspectiva presume que os atores políticos nas democracias comportam-se racionalmente, de forma semelhante a agentes econômicos em um mercado, para atingir seus objetivos: o dos partidos é maximizar votos e se eleger, o do governo é maximizar apoio político e se reeleger, e o do eleitor é selecionar um governo cujas políticas maximizem seus benefícios. Nestas condições, os partidos formulariam políticas a fim de ganhar eleições, e não o contrário, ou seja, não disputam eleições com o objetivo de implementar políticas. (Downs, 1999)

De acordo com a teoria downsiana, os partidos se posicionam em relação ao peso desejável da intervenção estatal na economia, entre a extremidade esquerda (controle governamental pleno) e a extremidade direita (mercado completamente livre). A posição assumida por cada partido poderia variar conforme a expectativa de preferência do eleitor mediano³, cujo voto os partidos almejam, ou seja, os partidos se movimentam na escala para ganhar eleitores. (Downs, 1999)

Em alternativa a esta concepção da competição partidária se coloca a *saliency theory*, originalmente desenvolvida por David Robertson (1976), segundo a qual os partidos competem enfatizando diferentes questões mais do que pela tomada de diferentes posições sobre as mesmas questões.

O que se colocaria para o eleitorado seria uma escolha entre agendas políticas selecionadas, não entre políticas alternativas específicas dirigidas aos itens de uma agenda universal. Através da agregação de demandas em pacotes de políticas os

³ Trata-se do eleitor cujas preferências em relação à escala esquerda-direita se situam próximas do centro. Pressuposta uma distribuição normal do eleitorado num sistema não polarizado, este contingente seria o mais numeroso.

partidos ofereceriam aos eleitores uma escolha e lhes delegariam a tarefa de decidir qual dos conjuntos de questões é mais importante, mais do que decidir o que especificamente fazer sobre qualquer dos conteúdos.

De acordo com este ponto de vista, os partidos, durante a campanha eleitoral, mais do que se contrapor às declarações dos seus adversários sobre as políticas defendidas, concentram atenção em outros temas nos quais consideram ter vantagens sobre seus competidores. O eleitorado teria diante de si não uma escolha entre respostas diferentes para os mesmos problemas, mas uma escolha entre questões diferentes a serem priorizadas pelo futuro governo, preocupações proeminentes em cada plataforma.

O pressuposto é de que as expectativas sobre quais políticas adotar em cada questão costumam ser comuns (todos os eleitores preferem baixar taxas, aumentar o bem-estar, etc.); haveria uma opinião majoritária sobre cada questão, e nenhuma necessidade de contrariá-la frontalmente. O que pode variar e termina por distinguir um partido do outro é o grau em que cada questão é mencionada. Cada partido escolheria enfatizar aquelas questões em que seu desempenho tem mais credibilidade.

De acordo com a perspectiva da *saliency theory*, enfim, as preferências políticas dos partidos são multidimensionais, e portanto sua mensuração não pode se limitar à aferição do seu posicionamento em uma única dimensão – a escala esquerda-direita. A própria concepção de um eixo ideológico a opor posições antagônicas faria menos sentido depois que partidos de esquerda e de direita no mundo inteiro amenizaram seus discursos e suas práticas, movendo-se em direção ao centro.

Em sociedades nas quais as questões distributivas baseadas em conflitos de classe já não são o foco das preocupações políticas, a emergência de questões pós-materialistas, como rivalidades étnicas, identidades nacionais e problemas ambientais, por exemplo, exige que os partidos busquem se distinguir uns dos outros, não mais apenas por um posicionamento unidimensional, já que as diferenças ideológicas estão menos nítidas. Para apresentar alternativas aos eleitores os partidos teriam então passado a se identificar com questões específicas, selecionando temas da agenda pública, e oferecendo esta seleção como agenda específica através das ênfases nos seus programas.

Por este motivo a *saliency theory* representa uma alternativa à perspectiva donwsiana e é por isso que as preferências partidárias mensuradas a partir dela não

podem corresponder às posições ideológicas unidimensionais tradicionalmente aplicadas nos estudos que procuram efeitos das preferências partidárias.

O recurso às ênfases dos manifestos como indicadores da identidade política dos partidos, em alternativa ao discurso de campanha ou à forma como votam os seus parlamentares, pressupõe admitir que as posições assumidas pelos partidos são compostas por um elemento normativo (os seus propósitos últimos) e um elemento estratégico (as atitudes pragmáticas em função de conjunturas específicas) não necessariamente idênticos. Neste sentido, a prática parlamentar de um partido, por exemplo, não refletiria inteiramente a sua identidade e portanto não poderia ser tomada como seu único indicador, assim como também não o podem as promessas específicas de campanha.

Se a perspectiva da *saliency theory* estiver correta e se aplicar ao caso do Brasil, devemos encontrar diferenças significativas entre as ênfases programáticas dos partidos brasileiros. Assim, o conceito de identidade partidária será operacionalizado através do mapeamento das preferências expressas nos manifestos de cada partido, através da proporção de texto dedicada a cada questão.

Para além de descrever as preferências políticas dos partidos segundo suas ênfases programáticas, os resultados desta mensuração serão mobilizados como fatores explicativos dos assuntos propostos para emendar a Constituição brasileira de 1988.

2. As propostas de emenda à Constituição

O objeto deste trabalho é o conjunto de emendas constitucionais propostas por deputados e senadores desde 1988. Desde a sua promulgação até o encerramento da coleta de dados para esta pesquisa (maio de 2006), a Constituição de 1988 já tinha sofrido 52 alterações. Segundo Couto e Arantes (2002; 2004) a grande quantidade de emendas se explica pela natureza dos dispositivos presentes na Constituição promulgada em 1988: além de princípios e normas gerais, o texto constitucional estabelece também

regras a respeito de políticas públicas em diversas áreas, por isso, sucessivos governos precisaram emendar a Constituição para poder implementar suas agendas.

Entretanto, não só governos, mas também muitos parlamentares, dos mais variados partidos, tentaram modificar dispositivos constitucionais. Tais propostas não podem ser atribuídas a necessidades de agenda dos governos, mas podem indicar preferências políticas dos seus autores. Além disso, as numerosas propostas que foram apresentadas (e arquivadas) revelam uma intensa atividade propositiva no nível constitucional.

Propostas de Emenda à Constituição podem ser apresentadas pelo Executivo, por deputados federais ou senadores (subscritas por um terço dos seus pares) e pelas Assembléias Legislativas estaduais. Desde 1988 até 2005, foram apresentadas no Congresso 1976 PECs. Destas, mais de 90% são de autoria de deputados federais, como pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1: PECs apresentadas de 1988 a 2005, por proponente.

Proponente	N	%
Deputados Federais	1868	94,5
Executivo	55	2,8
Senadores	50	2,5
Comissões	3	0,2
Total	1976	100,0

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

Quanto ao conteúdo, as PECs apresentadas no período tiveram seu assunto classificado de acordo com o título e o capítulo da Constituição em que se localiza(m) o(s) artigo(s) que a PEC propunha alterar ou suprimir ou onde seria(m) inserido(s) o(s) artigo(s) que a PEC propunha criar. Todos os títulos da Constituição foram alvos de propostas de emenda.

Os capítulos que atraíram mais propostas de emenda foram os da organização do poder legislativo (329 PECs) e o do sistema tributário nacional (197 PECs). A distribuição do conjunto total das propostas pelos tópicos da Constituição está na Tabela 2.

Tabela 2: PECs apresentadas de 1988 a 2005, por título e capítulo visados.

Título			Capítulo		
	N	%		N	%
Princ. Fundam.	7	0,4	princípios fundamentais	7	0,4
Direitos e garantias fundamentais	265	13,4	dir. e dev. individuais e coletivos	59	3,0
			direitos sociais	77	3,9
			nacionalidade	12	0,6
			direitos políticos	108	5,5
			partidos políticos	9	0,5
Organização do Estado	231	11,7	organiz. político-administrativa	16	0,8
			da união	35	1,8
			estados federados	11	0,6
			municípios	67	3,4
			distrito federal e dos territórios	1	0,1
			intervenção	3	0,2
			administração pública	98	5,0
Organização dos poderes	539	27,3	poder legislativo	329	16,6
			poder executivo	65	3,3
			poder judiciário	120	6,1
			funções essenciais à justiça	21	1,1
			funcion. do legisl. e do judiciário	2	0,1
			relações executivo-legislativo	2	0,1
Def. do Est. e instit. dem.	109	5,5	forças armadas	29	1,5
			segurança pública	80	4,0
Tributação e orçamento	233	11,8	sistema tributário nacional	197	10,0
			finanças públicas	36	1,8
Ordem econômica e financeira	64	3,2	princ. gerais da ativ. econômica	27	1,4
			política urbana	9	0,5
			pol. agr. e fund. e reforma agrária	16	0,8
			sistema financeiro nacional	12	0,6
Ordem social	291	14,7	seguridade social	65	3,3
			educação, cultura e desporto	89	4,5
			ciência e tecnologia	2	0,1
			comunicação social	19	1,0
			meio ambiente	21	1,1
			família, criança, adolesc. e idoso	65	3,3
			dos índios	27	1,4
			habitação de interesse social	3	0,2
Disp. constit. gerais	80	4	geral	48	2,4
			disp. ref. a dif. poderes ou níveis	32	1,6
ADCT	157	7,9	disposições transitórias	157	7,9
Total	1976	100	Total	1976	100,0

Elaboração própria. Fonte dos dados brutos: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

A Tabela 2 acima mostra uma grande variação nos tópicos enfocados nas PECs, ou seja, nas preferências temáticas dos seus autores. A primeira e principal questão que se pretende responder neste momento é o motivo que leva alguns legisladores a privilegiarem determinados assuntos nas suas emendas e outros a privilegiarem outros assuntos.

O conteúdo das propostas apresentadas pelos deputados federais pode fornecer um mapeamento dos temas e das questões que são alvo privilegiado da atenção dos parlamentares no que se refere às normas fundamentais do país, objeto da Constituição. Se, por sua vez, este conteúdo pode ser apreendido através dos tópicos visados nas PECs apresentadas, temos então um quadro das suas preferências políticas em termos de ênfases temáticas.

A primeira característica que chama a atenção nas PECs apresentadas por deputados federais é a variedade: todos os títulos, sem exceção, e praticamente todos os capítulos da Constituição foram objeto de alguma proposta de emenda.

Diferente das propostas do Executivo, as PECs dos deputados se concentram mais nos dispositivos referentes à organização dos poderes (título IV da Constituição), com cerca de 28% do total⁴. O título da Constituição que foi menos visado nas propostas de emendas dos deputados foi o título I, dos princípios fundamentais. Estes dados podem ser verificados na Tabela 3.

Tabela 3: PECs apresentadas pelos deputados federais, de 1988 a 2005, por assunto.

Assunto (Título da Constituição visado na PEC)	N	%
Organização dos Poderes	517	27,7
Ordem Social	276	14,8
Direitos e Garantias Fundamentais	257	13,8
Tributação e Orçamento	215	11,5
Organização do Estado	214	11,5
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	143	7,7
Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	105	5,6
Disposições Constitucionais Gerais	77	4,1
Ordem Econômica e Financeira	57	3,1
Princípios Fundamentais	7	0,4
Total	1868	100

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

⁴ Destas, 320 propostas foram dirigidas ao capítulo sobre a organização do poder legislativo.

Entre os capítulos do título da organização dos poderes, o que recebeu mais propostas de emenda dos deputados foi o relativo à organização do Poder Legislativo, como pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4: PECs de Deputados Federais, referentes a dispositivos do título Organização dos Poderes, por tópico.

Tópico	N	%
Poder Legislativo	320	61,9
Poder Judiciário	111	21,5
Poder Executivo	64	12,4
Funções Essenciais à Justiça	20	3,9
Funcionamento do legislativo e do judiciário*	2	0,4
Total	517	100

*Esta categoria não corresponde a nenhum capítulo; foi criada para classificar as duas PECs cujos tópicos abrangiam a organização destes dois poderes.

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

A preferência pelo título da organização dos poderes é comum à maioria dos partidos, mas a proporção de PECs dedicadas a cada título varia entre os diferentes partidos, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5: Porcentagem de PECs de Deputados Federais, apresentadas de 1988 a 2005, por assunto (título da Constituição visado) e partido do autor.

Partido	Título	PMDB	PFL	PSDB	PT	PP ⁵	PDT	PTB	PL	PSB	PPS ⁶	PP ⁷	PCdoB	PTC ⁸	s/ part. + ã id.	PSC	PV	PSDC ⁹	PSL	PRP	PTN	PMN	PSD	PST	PHS ¹⁰	PRONA	PTdoB	TOTAL
ADCT		8,0	8,5	10,1	3,0	7,1	6,8	6,8	7,2	13,3	15,2	3,3		10,0				33,3	25,0							100,0		7,7
I		0,3		0,4	1,3	0,4								10,0														0,4
II		14,8	15,9	13,6	13,7	13,7	17,3	9,4	13,4	6,7	6,5	26,7	11,5	20,0		12,5	28,6										100,0	13,8
III		14,1	8,9	11,2	12,9	9,7	10,5	13,7	7,2	13,3	10,9	13,3	23,1	10,0	11,1					33,3		50,0						11,5
IV		21,5	29,1	25,2	35,2	33,2	23,3	27,4	22,7	37,3	26,1	20,0	30,8		55,6	12,5	28,6	16,7	50,0	33,3		50,0	50,0					27,7
V		6,1	6,6	7,0	3,4	5,3	7,5	4,3	4,1	8,0	4,3	3,3	3,8								100,0							5,6
VI		12,9	10,1	12,4	7,3	9,3	12,8	19,7	12,4	8,0	15,2	6,7	3,8	40,0	11,1	25,0	14,3	16,7						50,0	100,0			11,5
VII		3,5	2,7	2,3	3,9	4,0	5,3	2,6	1,0	1,3	2,2		3,8		11,1													3,1
VIII		16,7	13,2	12,0	14,2	11,9	13,5	12,0	26,8	10,7	19,6	20,0	19,2	10,0	11,1	50,0	28,6	16,7	25,0	33,3			50,0	50,0				14,8
IX		1,9	5,0	5,8	5,2	5,3	3,0	4,3	5,2	1,3		6,7	3,8					16,7										4,1
Total (%)	(n)	100 (311)	100 (258)	100 (258)	100 (233)	100 (226)	100 (133)	100 (117)	100 (97)	100 (75)	100 (46)	100 (30)	100 (26)	100 (10)	100 (9)	100 (8)	100 (7)	100 (6)	100 (4)	100 (3)	100 (2)	100 (2)	100 (2)	100 (2)	100 (1)	100 (1)	100 (1)	100 (1868)

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

⁵ Trata-se do mesmo partido criado na reforma de 1979 com o nome de PDS, e que em 1993 passou a chamar-se PPR, em 1995 mudou a sigla para PPB e em 2003 passou a chamar-se PP. Deste ponto em diante a sigla PP será usada para designar a sucessão PDS/PPR/PPB/PP.

⁶ Trata-se do mesmo partido que de 1987 a 1991 chamava-se PCB.

⁷ Trata-se do mesmo partido que até 1993 chamava-se PTR e que funcionou com a sigla PP até 1995. Esta é a única referência a este PP nesta tese. Deste ponto em diante qualquer menção à sigla PP refere-se ao PDS/PPR/PPB/PP.

⁸ Trata-se do mesmo partido que de 1985 a 1989 chamava-se PJ, e PRN de 1990 a 2000.

⁹ Trata-se do mesmo partido que havia funcionado de 1985 a 1993 com o nome de PDC e em 1995 se reorganizou com nova sigla.

¹⁰ Trata-se do mesmo partido que de 1995 a 1997 chamou-se PSN.

Teste de associação para a Tabela 5:

χ^2 :			
	Valor	graus de liberdade	Significância
Pearson Chi-Square	273,9331 ^a	225	0,014

a) 180 células (69,2%) têm frequência esperada menor que 5. A frequência mínima esperada é 0,00.

A variação nas porcentagens mostrada na Tabela 5 sugere a ocorrência de alguma associação entre o partido ao qual pertence o deputado e o título da constituição que as PECs de sua autoria propõem modificar. Mais especificamente, chama atenção a porcentagem de suas PECs que os deputados do PT e do PSB apresentaram ao título IV (da Organização dos Poderes): 35% e 37% respectivamente, em contraste com a média geral de 27,7%.

Entretanto, a significância desta associação não pode ser verificada através do teste de Qui-quadrado porque, apesar de a amostra ser grande, há vários cruzamentos vazios (nem todos os partidos apresentaram PECs para todos os assuntos).

Por este motivo, a alternativa utilizada aqui é a medida Lambda, que calcula em quanto pode ser reduzido o erro na predição de uma variável pelo conhecimento do valor de outra. (Shively, 1980) O valor de Lambda pode variar de 0 (situação em que o conhecimento de uma das variáveis não informa nada sobre a outra) até 1 (situação em que o conhecimento de uma das variáveis sempre permite prever a outra).

Resultado da medida Lambda para a Tabela 5:

		Valor	Significância Aproximada
Lambda	Simétrico	0,016	0,008
	Variável dependente: Assunto	0,015	0,033

O resultado indica que as matérias que os deputados propõem alterar na constituição estão minimamente associadas ao partido do seu autor. (Apesar do pequeno valor da medida Lambda, a associação é estatisticamente significativa.)

Uma análise dos resíduos ajustados da Tabela 5 aponta em quais títulos os deputados de determinados partidos apresentaram significativamente mais ou menos emendas do que seria de se esperar caso o assunto das propostas fosse aleatório ou independente do partido do seu autor.

A análise de resíduos permite identificar em que categorias das variáveis analisadas na tabela ocorre a relação indicada pelo teste de associação, distinguindo as frequências elevadas (em números absolutos ou mesmo em porcentagens) daquelas estatisticamente significativas. Os resíduos são a diferença entre a frequência observada e a esperada, medida em unidades de desvio padrão, para cada célula (cruzamento das duas variáveis). Os valores dos resíduos têm uma probabilidade de ocorrência: por exemplo, resíduos padronizados superiores a 1,96 ou inferiores a -1,96, têm probabilidade menor ou igual a 5%. Esta probabilidade permite estabelecer a significância estatística e identificar a origem da associação entre as variáveis. A interpretação é de que resíduos maiores que 1,96, por terem uma probabilidade muito pequena de ocorrer no caso da hipótese nula de não associação (0,05), indicam a presença de uma relação não aleatória. A análise de resíduos da tabela 5 revela o seguinte:

- deputados do PP¹¹ enfocaram mais o título da Organização dos Poderes;
- deputados do PT enfocaram mais os títulos dos Princípios Fundamentais e da Organização dos Poderes, e menos o título da Tributação e Orçamento e o Ato das Disposições Transitórias;
- deputados do PTB enfocaram mais o título da Tributação e Orçamento;
- deputados do PMDB enfocaram menos os títulos da Organização dos Poderes e das Disposições Gerais;
- deputados do PDC/PSDC enfocaram mais o Ato das Disposições Transitórias;
- deputados do PSC enfocaram mais o título da Ordem Social;
- deputados do PTN enfocaram mais o título da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas;
- deputados do PL enfocaram mais o título da Ordem Social;
- deputados do PTR/PP¹² enfocaram mais o título dos Direitos e Garantias Fundamentais;
- deputados do PHS enfocaram mais o título da Tributação e Orçamento;

¹¹ Trata-se do mesmo partido criado na reforma de 1979 com o nome de PDS, e que em 1993 passou a chamar-se PPR, em 1995 mudou a sigla para PPB e em 2003 passou a chamar-se PP.

¹² Trata-se do mesmo partido que até 1993 chamava-se PTR e que funcionou até 1995 com a sigla PP.

- deputados do PTC enfocaram mais os títulos dos Princípios Fundamentais e da Tributação e Orçamento e menos o título da Organização dos Poderes;
- deputados do PRONA enfocaram mais o Ato das Disposições Transitórias;
- deputados do PTdoB enfocaram mais o título dos Direitos e Garantias Fundamentais.

A discussão que se pretende introduzir com o exame dos dados acima é: existe relação entre o partido a que o deputado pertence e o assunto que ele visa na sua atuação legislativa constitucional?

Esta questão é sugerida pela literatura sobre o impacto dos partidos sobre políticas públicas (Hibbs Jr., 1977; Castles, 1982; Hicks e Swank, 1992; Schmidt, 1996). O argumento sustentado nesta literatura pressupõe a validade da dimensão ideológica esquerda-direita como a variável que distingue os partidos entre si.

A teoria sobre a importância do efeito partidário pode ser mobilizada para justificar a hipótese de relação entre estas duas variáveis, apesar de se referir principalmente à implementação de políticas públicas e não à mudança institucional. Assim, propostas apresentadas por membros de partidos de esquerda teriam um teor diferente daquelas propostas de membros de partidos de direita.

Apesar do debate a respeito da institucionalização e consistência do sistema partidário brasileiro, a ordenação dos partidos no eixo esquerda-direita não costuma ser objeto de grandes controvérsias e geralmente os analistas concordam com a classificação que coloca o PP, o PTB e o PFL na direita, o PMDB e o PSDB no centro e o PPS, PCdoB, PDT, PT e PSB na esquerda.

Assim, se esta classificação ideológica dos partidos estiver correta e se a dimensão ideológica afeta as iniciativas dos deputados, devemos encontrar alguma associação entre as variáveis *assunto* e *orientação ideológica* do partido do autor.

A Tabela 6 mostra que não é isso que ocorre: a associação antes verificada entre partido e título visado nas PECs desaparece quando se agrupa os partidos conforme a orientação ideológica:

Tabela 6: Porcentagem de PECs de Deputados Federais, apresentadas de 1988 a 2005, por assunto (título da Constituição visado) e orientação ideológica do partido do autor.

Assunto (Título da Constituição visado na PEC)	Orientação ideológica do partido do autor				Total
	Não Identificada ¹³	Centro	Direita	Esquerda	
ADC Transitórias		9,0	7,7	6,3	7,7
Def. Est. Instit. Democr.	15,4	6,5	5,1	5,2	5,6
Dir. e Garantias Fundam.	7,7	14,2	14,0	13,0	13,8
Disp. Constit. Gerais		3,7	5,0	3,4	,1
Ord. Econ. e Financeira	7,7	3,0	2,6	3,6	3,1
Ordem Social	7,7	14,6	15,3	14,4	14,8
Organização do Estado	7,7	12,8	9,7	12,6	11,5
Organização dos Poderes	38,5	23,2	28,3	31,4	27,7
Princípios Fundamentais		0,4	0,3	0,6	0,4
Tributação e Orçamento	15,4	12,7	12,0	9,4	11,5
Total (%)	100	100	100	100	100
(n)	(13)	(569)	(764)	(522)	(1868)

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

χ^2 :			
	Valor	graus de liberdade	Significância
Pearson Chi-Square	22,226 ^a	27	0,399

a) 13 células (32,5%) têm frequência esperada menor que 5. A frequência esperada mínima é 0,05.

		Valor	Significância Aproximada.
Lambda	Simétrico	0,000	0,655
	Variável dependente: Assunto	0,000	,*

*Não pode ser computado.

Se os assuntos das PECs estão relacionados aos partidos dos autores, mas independem dos blocos ideológicos, é plausível suspeitar que alguma outra característica própria de cada partido, para além da ideologia, seria responsável por esta relação.

Uma mensuração alternativa das preferências partidárias, através das ênfases programáticas dos partidos, conforme a explicação oferecida pela *saliency theory*, parece uma opção promissora.

¹³ PTN, PSN/PHS e PTdoB não constam de nenhuma das classificações citadas acima.

3. Os partidos segundo seus manifestos

Conforme a perspectiva da teoria das ênfases programáticas, exposta acima, os partidos se diferenciam uns dos outros pelas ênfases que conferem a diferentes questões. O objetivo desta seção é verificar se isso ocorre com os partidos brasileiros.

Para isso, foram selecionados os sete partidos responsáveis por 80% das propostas de emenda constitucional apresentadas de 1988 a 2005: PP¹⁴, PDT, PT, PTB, PMDB, PFL e PSDB. A Tabela 7 mostra o número de PECs apresentada pelos partidos.

Tabela 7: PECs apresentadas por parlamentares dos principais partidos

Partido	N	%
PMDB	322	16,3
PFL	272	13,8
PSDB	268	13,6
PT	236	11,9
PP ¹⁵	228	11,5
PDT	136	6,9
PTB	118	6,0
outros ¹⁶	396	20,0
Total	1976	100,0

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

A mensuração das ênfases programáticas dos partidos foi feita através da análise de conteúdo dos seus manifestos. Estes documentos, por exigência da Lei 9.096 de 1995, devem ser registrados e publicados para que o partido obtenha seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Todos os sete partidos analisados mantêm *sites* na internet onde disponibilizam seus documentos programáticos. Em alguns casos a fonte eletrônica contém também

¹⁴ Apesar das várias mudanças na sigla e da incorporação de outros partidos menores ao longo do período estudado, trata-se do mesmo partido que já se chamou PDS, PPR e PPB, registrado no Tribunal Superior Eleitoral sob o número 11.

¹⁵ Trata-se do mesmo partido criado na reforma de 1979 com o nome de PDS, e que em 1993 passou a chamar-se PPR, em 1995 mudou a sigla para PPB e em 2003 passou a chamar-se PP.

¹⁶ Inclui 55 PECs do Executivo, 3 de Comissões, 9 de autores cujos partidos não foram identificados e 329 PECs de parlamentares de 19 outros partidos.

documentos históricos e versões anteriores dos programas, pois todos os partidos analisados alteraram seus programas pelo menos uma vez desde sua fundação. Em outros casos, quando as versões anteriores não estavam disponíveis nos *sites*, elas foram recuperadas na última edição do trabalho de Vamireh Chacon (1998) sobre a história dos partidos políticos brasileiros. Assim, o conjunto de documentos analisados foi o seguinte:

Quadro 1: Lista dos documentos programáticos analisados.

Documento	Fonte
PDS 1979	Chacon (1998)
PPB 1995 (manifesto e programa)	Chacon (1998)
PP (s/d ¹⁷) (Manifesto e Programa)	www.pp.org.br
PDT 1980	Chacon (1998)
PDT 1994	www.pdt.org.br
PT 1980 (manifesto e programa)	Chacon (1998)
PT 1990 Resolução: “O socialismo petista”	www.pt.org.br
PTB 1979	Chacon (1998)
PTB 2001	www.camara.gov.br/lid.ptb ¹⁸
PMDB 1981	Chacon (1998)
PMDB 1994	www.pmdb.org.br
PFL 1984 (manifesto)	Chacon (1998)
PFL 1985 (programa)	Chacon (1998)
PFL 1986 (Carta Compromisso)	Tarouco (1999).
PFL 1995	PFL (1996).
PFL 2005	www.pfl.org.br
PSDB 1988 (manifesto e programa)	www.psdb.org.br
PSDB 2001	www.psdb.org.br

O método de análise de conteúdo aplica tratamento quantitativo para dados de texto, e consiste basicamente em classificar uma grande quantidade de unidades de texto (palavras, expressões, frases, em que um texto original é segmentado) em categorias segundo seu significado para, a partir da sua quantificação, produzir inferências válidas para o texto original.

¹⁷ Este texto está divulgado sem data, e neste trabalho será considerado em vigor a partir de 2003, quando a sigla PP foi adotada.

¹⁸ No momento da coleta de dados, o PTB era o único partido, entre os estudados, que não dispunha de um site próprio. Seu programa e estatuto estavam disponíveis no portal da câmara dos deputados.

No nível internacional, a principal referência em análise de conteúdo na Ciência Política é o *CMP - Comparative Manifesto Project*, que reúne uma vasta base de dados sobre posições políticas de 780 partidos em 54 países desde o pós-guerra, estimadas a partir das suas ênfases programáticas. Inicialmente reunidos no *MRG - Manifesto Research Group*, vinculado ao *European Consortium for Political Research*, pesquisadores de vários países vêm desde os anos 80 mapeando preferências políticas de partidos através da análise de conteúdo de seus programas. (Klingemann, Hofferbert *et al.*, 1994; Budge, 1999; Budge, Volkens *et al.*, 2001; Laver, 2001; Bara e Weale, 2006).

A análise de conteúdo a que os documentos programáticos dos principais partidos brasileiros foram submetidos consistiu em quantificar as proporções de texto dedicadas a cada assunto. Os textos foram segmentados em frases, e cada uma delas foi classificada em um dos 7 domínios descritos no quadro abaixo, elaborados pelo MRG (Budge, Volkens *et al.*, 2001), acrescidas do grupo das frases não classificáveis em nenhuma das categorias (discrepantes da classificação):

Quadro 2: Categorias para classificação das unidades de texto (frases) dos manifestos.¹⁹

Domínio 1: Relações exteriores	Inclui: Referências positivas e negativas aos EUA, Anti-Imperialismo, referências positivas e negativas às Forças Armadas, Paz, referências positivas e negativas ao internacionalismo.
Domínio 2: Liberdade e Democracia	Inclui: Referências a Liberdades e Direitos Humanos, Democracia, Constitucionalismo (positivo e negativo)
Domínio 3: Sistema Político	Inclui: Referências a Descentralização, Centralização, Eficiência Governamental e Administrativa, Corrupção, Autoridade Política, Instituições do sistema político
Domínio 4: Economia	Inclui: Referências a Livre Iniciativa, Incentivos, Regulação do Mercado, Planejamento Econômico, Corporativismo, Protecionismo (positivo e negativo), Metas Econômicas, Gerenciamento Keynesiano da

¹⁹ Adaptadas de: BUDGE, Ian, KLINGEMANN, Hans-Dieter. VOLKENS, Andrea, BARA, Judith, TANENBAUM, Eric. (2001) Mapping Policy Preferences: estimates for parties, electors and governments – 1945-1998. Oxford University Press.

	demanda, Produtividade, Tecnologia e Infra-estrutura, Economia controlada, Nacionalização, Ortodoxia econômica, Análise marxista, Controle do crescimento.
Domínio 5: Bem-estar e Qualidade de vida	Inclui: Referências a Proteção ambiental, Cultura, Justiça social, Expansão do Welfare State, Limitação do Welfare State, Expansão da Educação, Limitação da Educação.
Domínio 6: Estrutura da sociedade	Inclui: Referências positivas e negativas a estilo nacional de vida e comportamento, Moralidade tradicional (positivo e negativo), Lei e Ordem, Harmonia Social, Multiculturalismo (positivo e negativo)
Domínio 7: Grupos sociais	Inclui: Referências positivas e negativas a Classes trabalhadoras, Agricultura, agricultores, Classe média e grupos profissionais, Minorias desprivilegiadas, Grupos demográficos não-econômicos.
0: Assunto discrepante	Inclui frases que não se enquadram em nenhum dos demais domínios.

Assim, depois de classificadas as frases de todos os manifestos, foi possível contar qual proporção do texto de cada documento (medida pelo número de frases) era dedicada a cada assunto. A Tabela 8 mostra a porcentagem de cada domínio nos manifestos de cada partido.

Tabela 8: Distribuição das ênfases programáticas por manifesto (% de texto).

Partido/Manifesto	Domínio							
	Discrepantes	Relações Exteriores	Liberdade e Democracia	Sistema Político	Economia	Bem-estar e Qualidade de Vida	Estrutura da Sociedade	Grupos Sociais
PDS 1979	17,4	5,6	5,4	4,5	21,8	25,1	4,2	15,9
PPB 1995	8,4	4,4	3,6	8,6	24,3	30,0	5	15,7
PP 2003	7,7	4,4	3,7	8,9	24,3	30,3	5	15,8
PDT 1980	14,2	8,2	15,5	0,7	22,3	14,8	5	19,2
PDT 1994	18,9	3,8	2,6	1,9	25,3	22,1	7,2	18,2
PT 1980	44,1	4,8	20,8	0	4,5	7,2	0	18,6
PT 1990	58,6	3,5	15,9	0,4	7,5	4,1	0,1	9,9
PTB 1979	16,4	7,9	14,7	0,7	21,6	14,7	4,6	19,5
PTB 2001	22	4,8	3	3,9	18,1	18,7	2,4	27,1
PMDB 1981	19,2	0,6	10,1	4,1	28,0	21,6	3,2	13,2
PMDB 1994	33,5	7,9	4,6	12,2	20,7	10	7,1	4
PFL pré-88	15,3	2,8	13,5	11,1	22,5	18,5	5,9	10,5
PFL 1995	29,3	3,1	4,4	11	27,4	15,6	3,1	5,9
PFL 2005	36,9	5,2	11,2	4,5	30,7	9,8	1,7	0
PSDB 1988	25,4	3,4	11,1	12,3	24,8	15,2	0,2	7,5
PSDB 2001	24,4	6,3	5,7	13,8	22,1	16	6	5,7

Teste de associação para a Tabela 8:

χ^2 :			
	Valor	graus de liberdade	Significância
Pearson Chi-Square	3972,77 ^a	105	0,000
N = 19720 frases classificadas			

a) 0 células (0%) têm frequência esperada menor que 5. A frequência mínima esperada é 15,14.

A distribuição em porcentagem de texto das ênfases programáticas dos partidos sugere algumas conclusões:

1) Todos os partidos reduziram a ênfase dedicada ao tema da democratização na primeira revisão dos seus programas, o que é compreensível dado que a transição do regime estava praticamente concluída no começo da década de 90, deixando de ser um ponto da agenda pública;

2) Alguns partidos alteraram tanto suas ênfases de um programa para outro que poderiam ser considerados partidos diferentes, como é o caso do PTB a partir de 2001 e do PMDB a partir de 1994;

3) Alguns resultados chamam atenção por destoar das interpretações correntes. É o caso da semelhança entre as preferências do PDT e do PTB, apesar destes partidos serem muito freqüentemente classificados em campos ideológicos opostos. Também surpreende que os dois partidos que comumente são tidos como os mais programáticos – o PT e o PFL – sejam os que mais espaço concedem em seus programas para conteúdos que não tratam de propostas de políticas.

Uma hipótese razoável seria a mudança interna dos partidos, com a alternância de grupos dominantes. Este é o argumento de McDonald (2006) a respeito do que chama de volatilidade posicional no tempo, observada nas ênfases programáticas dos partidos analisados no âmbito do CMP – *Comparative Manifesto Project*.

A análise de resíduos da tabela 8 (mostrados na tabela 9 abaixo), revela ainda um quadro em que os partidos se distinguem da seguinte maneira²⁰:

- O PP enfatiza significativamente mais os temas do domínio 5 (bem estar e qualidade de vida) e menos os do domínio 2 (liberdade e democracia);

- Os manifestos do PDT e do PTB, nas suas versões de fundação, enfatizam significativamente mais os temas do domínio 2 (Liberdade e Democracia) e menos o domínio 3 (sistema político). Após a revisão dos programas, ambos passam a enfatizar significativamente menos o domínio 2 (Liberdade e Democracia) e mais o domínio 7 (grupos sociais);

- O PT enfatiza significativamente menos os temas do domínio 4 (economia) mas substitui, na revisão de 1990, a ênfase nos temas do domínio 2 (liberdade e democracia) predominante no manifesto de fundação, por assuntos não classificáveis nas categorias (discrepantes);

- O PSDB e o PMDB a partir de 1994 enfatizam significativamente mais os temas do domínio 3 (sistema político);

²⁰ Resíduos padronizados superiores a 1,96 ou inferiores a -1,96, têm probabilidade menor ou igual a 5%.

- O PFL a partir de 1995 e o PSDB a partir de 2001 enfatizam significativamente menos os temas do domínio 7 (grupos sociais).

Estas considerações podem ser verificadas na tabela 9 a seguir:

Tabela 9: Resíduos ajustados da distribuição das ênfases programáticas por manifesto.

Partido/Manifesto	Domínio							
	Discrepantes	Relações Exteriores	Liberdade e Democracia	Sistema Político	Economia	Bem-estar e Qualidade de Vida	Estrutura da Sociedade	Grupos Sociais
PDS 1979	-3,80	1,51	-2,02	-1,46	-0,89	5,21	1,15	2,21
PPB 1995	-7,98	-0,18	-3,18	2,91	0,65	7,08	-0,06	1,59
PP 2003	-8,33	-0,14	-3,14	3,16	0,65	7,19	-0,02	1,66
PDT 1980	-6,64	5,60	10,47	-6,95	-0,61	-2,84	0,02	5,53
PDT 1994	-8,74	-3,44	-16,55	-14,99	4,91	9,31	9,11	13,18
PT 1980	10,76	0,20	11,24	-5,23	-9,37	-6,05	-4,89	3,25
PT 1990	25,49	-1,51	10,10	-6,9	-11,09	-10,96	-6,72	-3,01
PTB 1979	-5,07	5,21	9,51	-7,07	-1,18	-3,01	-0,60	5,92
PTB 2001	-0,38	0,23	-2,96	-1,41	-2,19	0,21	-2,20	7,43
PMDB 1981	-3,76	-8,19	4,95	-2,99	5,03	3,81	-3,69	-0,23
PMDB 1994	9,08	5,74	-3,60	10,09	-2,02	-7,64	3,34	-9,84
PFL pré-88	-5,28	-2,41	7,17	6,75	-0,40	0,17	1,16	-2,48
PFL 1995	5,47	-2,41	-3,79	8,15	3,62	-2,41	-3,07	-7,72
PFL 2005	6,93	0,67	3,22	-1,05	3,75	-4,54	-3,19	-8,13
PSDB 1988	1,52	-1,34	3,86	7,15	0,99	-1,94	-5,59	-4,29
PSDB 2001	1,89	4,18	-2,82	17,83	-1,24	-2,92	2,28	-11,53

4. A relação entre as ênfases programáticas e o assunto das PECs

Além de servirem para classificar as ênfases programáticas dos partidos, as categorias da análise de conteúdo foram aplicadas também ao conteúdo das PECs com o objetivo de mensurar a sua congruência com as preferências partidárias dos seus autores.

Assim, cada uma das 1580 PECs apresentadas por parlamentares dos 7 principais partidos foi classificada em um dos 7 domínios descritos acima. O resumo desta classificação pode ser visto na Tabela 10.

Tabela 10: Assunto das PECs segundo a classificação de domínios:

Domínio da PEC	n	%
Relações Exteriores	19	1,2
Liberdade e Democracia	24	1,5
Sistema Político	520	32,9
Economia	198	12,5
Bem Estar e Qualidade de Vida	205	13,0
Estrutura da Sociedade	227	14,4
Grupos Sociais	177	11,2
discrepantes	210	13,3
Total	1580	100

Para verificar se as ênfases programáticas dos partidos se refletem nos temas constitucionais que seus parlamentares propõem alterar, as variáveis assunto da PEC e ênfase programática do partido do autor foram cruzadas conforme mostra a tabela 11.

Tabela 11: Porcentagem de PECs por assunto (domínio) e ênfase programática do partido do autor:

domínio da PEC	domínio com maior % no manifesto do autor				
	Economia	Bem Estar e Qualidade de Vida	Grupos Sociais	discrepantes	Total
Relações Exteriores	0,9	1,3	0,0	1,3	1,2
Liberdade e Democracia	1,6	0,9	0,0	1,7	1,5
Sistema Político	34,7	45,6	40,4	29,0	32,9
Economia	14,8	12,3	17,3	11,6	12,5
Bem Estar e Qualidade de Vida	12,9	7,5	7,7	14,5	13,0
Estrutura da Sociedade	13,6	14,5	19,2	14,3	14,4
Grupos Sociais	7,3	11,4	13,5	12,3	11,2
discrepantes	14,2	6,6	1,9	15,2	13,3
Total % (n)	100 (317)	100 (228)	100 (52)	100 (983)	100 (1580)

A variação nas porcentagens mostrada na Tabela 10 acima sugere a ocorrência de alguma associação entre o domínio enfatizado pelo partido do autor e o assunto das PECs apresentadas. A análise dos resíduos ajustados apresentada na tabela 12 a seguir aponta em quais categorias das variáveis analisadas ocorre a associação:

Tabela 12: Resíduos ajustados da distribuição de PECs por assunto (domínio) e ênfase programática do partido do autor:

domínio da PEC	domínio com maior % no manifesto do autor			
	Economia	Bem Estar e Qualidade de Vida	Grupos Sociais	Discrepantes
Relações Exteriores	-0,5	0,2	-0,8	0,6
Liberdade e Democracia	0,1	-0,9	-0,9	0,9
Sistema Político	0,8	4,4	1,2	-4,3
Economia	1,4	-0,1	1,1	-1,4
Bem Estar e Qualidade de Vida	0,0	-2,7	-1,2	2,4
Estrutura da Sociedade	-0,5	0,0	1,0	0,0
Grupos Sociais	-2,5	0,1	0,5	1,8
discrepantes	0,5	-3,2	-2,5	2,8

É possível observar as seguintes relações:

- deputados de partidos cujos manifestos dedicam maior ênfase ao domínio da Economia propuseram significativamente menos PECs direcionadas a temas do domínio Grupos Sociais;²¹

- deputados de partidos cujos manifestos dedicam maior ênfase ao domínio do Bem Estar e Qualidade de Vida propuseram significativamente mais PECs direcionadas a temas do domínio Sistema Político e significativamente menos PECs direcionadas a temas que não se enquadram na classificação de domínios (discrepantes);

- deputados de partidos cujos manifestos dedicam maior ênfase ao domínio dos Grupos Sociais propuseram significativamente menos PECs direcionadas a temas que não se enquadram na classificação de domínios (discrepantes);

- deputados de partidos cujos manifestos dedicam maior ênfase a temas que não se enquadram na classificação de domínios (discrepantes), propuseram

²¹ Resíduos padronizados superiores a 1,96 ou inferiores a -1,96, têm probabilidade menor ou igual a 5%.

significativamente mais PECs direcionadas a temas discrepantes e significativamente menos PECs direcionadas a temas do domínio Sistema Político.

5. Considerações finais

A enorme quantidade de PECs apresentadas desde 1988, por parlamentares de todos os principais partidos e dirigidas a todos os títulos da Constituição, indica que há um considerável interesse dos legisladores brasileiros pelos temas constitucionais. A associação entre os partidos dos autores das PECs e os assuntos da Constituição que eles selecionam para alterar sugere que este interesse esteja relacionado às preferências partidárias.

Para que a relação sugerida pudesse ser demonstrada, um requisito fundamental era que as preferências variassem entre os partidos. Esta variação foi demonstrada através da análise de conteúdo dos manifestos, indicando que os partidos brasileiros se distinguem uns dos outros pelas suas ênfases programáticas.

Assim, temos um quadro partidário em que o PP se distingue pela seleção do domínio 5 (bem estar e qualidade de vida), o PDT e o PTB pela seleção do domínio 7 (grupos sociais), o PMDB, o PFL e o PSDB pela seleção do domínio 3 (sistema político) e o PT se distingue pela seleção do domínio 2 (liberdade e democracia) e também por conferir, nos seus manifestos, mais espaço a questões internas ao próprio partido do que a qualquer área de políticas públicas.

Quanto à relação entre as preferências dos partidos e o assunto das PECs, a análise de associação mostrou que o domínio enfatizado no manifesto do partido do autor está associado significativamente ao assunto que ele propõe alterar na Constituição.

BIBLIOGRAFIA

Bara, J. e A. Weale. **Democratic politics and party competition**. New York: Routledge. 2006 (Routledge/ECPR studies in European political science ; 47)

Benoit, K. e M. Laver. **Party policy in modern democracies**. Milton Park, Abingdon, Oxon ; New York: Routledge. 2006 (Routledge research in comparative politics ; 19)

Budge, I. Estimating party policy preferences : from ad hoc measures to theoretically validated standards. Essex papers in politics and government no. 139. Colchester, Essex: Department of Government University of Essex, 1999.

_____. Experts judgements of party policy positions: uses and limitations in political research. **EJPR**, v.37, p.103-113. 2000.

Budge, I. e D. Farlie. **Explaining and predicting elections : issue effects and party strategies in twenty-three democracies**. London ; Boston: Allen & Unwin. 1983. xiii, 226 p.

Budge, I., Robertson, D. *et al.* **Ideology, strategy, and party change : spatial analyses of post-war election programmes in 19 democracies**. Cambridge Cambridgeshire ; New York: Cambridge University Press. 1987. xvii, 494 p.

Budge, I., Volkens, A. *et al.*, Eds. **Mapping policy preferences: estimates for parties, electors, and governments 1945-1998**. New York: Oxford University Press, p.x, 274ed. 2001.

Castles, F. G. **The Impact of parties : politics and policies in democratic capitalist states**. London ; Beverly Hills, Calif.: Sage Publications. 1982. 369 p. p.

Castles, F. G. e P. Mair. Left-right political scales: some 'expert' judgements. **EJPR**, v.12, n.1, p.73-88. 1984.

Castles, F. G. e R. D. Mckinlay. Does politics matter? Public welfare commitment in advanced democratic states. **EJPR**, v.7, n.2, p.169-186. 1979.

- Chacon, V. **História dos partidos brasileiros**. Brasília, DF: Editora UnB. 1998. 811 p.p.
- Coppedge, M. A classification of Latin American political parties. Notre Dame, Ind.: The Helen Kellogg Institute for International Studies, Working Paper n. 244: 50 p. 1997.
- Couto, C. G. e Arantes, R. B. Constituição ou Políticas Públicas? Uma avaliação dos anos FHC. In: F. L. Abrúcio e M. R. Loureiro (Ed.). *O Estado numa era de reformas: os anos FHC*. Brasília: ENAP, 2002.
- _____. Constituição, Governo e Democracia no Brasil. XXVIII Encontro Anual da ANPOCS - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Caxambu, MG: ANPOCS - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais 2004.
- Downs, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp. 1999
- Fernandes, L. Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994. **Dados**, v.38, n.1, p.107-144. 1995.
- Hibbs Jr., D. A. Political Parties and Macroeconomic Policy. **APSR**, v.71, p.146-1487. 1977.
- _____. Partisan theory after fifteen years. **European Journal of Political Economy**, v.8, p.361-373. 1992.
- Hicks, A. M. e Swank, D. H. Politics, Institutions and Welfare Spending in Industrialized Democracies, 1960-82. **APSR**, v.86, n.3, p.658-674. 1992.
- Kleinnijenhuis, J. e Pennings, P. Measurement of party positions and the basis of party programmes, media coverage and voter perceptions. In: Laver, M. (Ed.). *Estimating the policy position of political actors*. London; New York: Routledge / ECPR, 2001.
- Klingemann, H.-D., Hofferbert, R. I. *et al.*, Eds. **Parties, policies, and democracy**. Theoretical lenses on public policy. Boulder: Westview Press, p.xxii, 318, 1994.
- Klingemann, H.-D., Volkens, A. *et al.* **Mapping Policy Preferences II: Estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003**. Oxford, Oxford University Press, 2006.

Krippendorff, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. Beverly Hills: Sage Publications. 1980. 191 p. p.

Laver, M. **Estimating the policy position of political actors**. London ; New York: Routledge. 2001. xx, 252 p. p. (Routledge/ECPR studies in European political science)

Laver, M., Benoit, K. *et al.* Extrating policy positions from political texts using words as data. **APSR**, v.97, n.2, p.311-331. 2003.

Laver, M. e Budge, I. **Party policy and government coalitions**. New York, N.Y.: St. Martin's Press. 1992. xxii, 448 p.

Mainwaring, S., Meneguello, R. *et al.* **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases**. São Paulo: Paz e Terra. 2000. 107 p.

Mair, P. Searching for the positions of political actors. In: M. Laver (Ed.). *Estimating the policy positions of political actors*. London; New York: Routledge / ECPR, 2001.

Mcdonald, M. D. Parties in democracy, democracy in parties. In: J. Bara e A. Weale (Ed.). *Democratic Politics and Party Competition*. London; New York: Routledge / ECPR, 2006.

Melo, C. R. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados, 1985-2002**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2004. 212 p. p. (Coleção Origem; 23)

Neuendorf, K. A. **The content analysis guidebook**. Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications. 2002. xviii, 301 p. p.

Robertson, D. B. **A theory of party competition**. London ; New York: J. Wiley. 1976. x, 210 p. p.

Rodrigues, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp. 2002. 242 p. p.

Schmidt, M. G. When parties matter: a review of the possibilities and limits of partisan influence on public policy. **EJPR**, v.30, n.2, p.155-183. 1996.

Schmitter, P. Parties Are Not What They Once Were. In: L. Diamond e R. Gunther (Ed.). *Political Parties and Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

Shively, W. P. **The craft of political research**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1980. xiv, 189 p. p.

Tarouco, G. **O Partido da Frente Liberal: trajetória e papel no sistema político**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IFCH, UNICAMP, Campinas, 1999.

Volkens, A. Manifesto research since 1979: from reliability to validity. In: Laver, M. (Ed.). *Estimating the Policy Position of Political Actors*. London; New York: Routledge/ECPR, 2001.

Weber, R. P. **Basic content analysis**. Newbury Park, Calif.: Sage Publications. 1990. 96 p. p. (Sage university papers series. Quantitative applications in the social sciences ; no. 07-049)